



ST18 - Migrações internacionais e fronteiras: políticas, sociabilidades, territórios e reconfigurações identitárias

O retorno dos agricultores brasiguaios e as percepções sobre a trajetória migratória¹

Autora: Silvia Lima de Aquino²

¹ Apoio e financiamento da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA, por meio do Programa de Auxílio à Integração de Docentes e Técnicos Administrativos às Atividades de Pesquisa – PAIP.

² Doutora em Ciências Sociais. Professora Adjunta de Sociologia do curso de Ciência Política e Sociologia - Sociedade, Estado e Política na América Latina e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento – PPGPPD. Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política (ILAESP). Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA).

1. Introdução

Apesar de possuir um significado, aparentemente simples, se ultrapassarmos a esfera linguística e observarmos as migrações a partir de experiências concretas perceberemos a abrangência e complexidade deste processo (AQUINO, 2008). Esta complexidade decorre do fato da migração ser “(...) em primeiro lugar, um deslocamento de pessoas no espaço, e antes de mais nada no espaço físico (...), mas o espaço dos deslocamentos não é apenas um espaço físico, ele é também um espaço qualificado em muitos sentidos, socialmente, economicamente, politicamente, culturalmente” (SAYAD, 1998, p.15). Ademais, quando falamos em migração, estão implícitos dois processos: 1) a emigração, ou seja, o ato de deixar seu local de origem, e 2) a imigração, que significa a entrada em um território distinto.

Falar de imigração significa, de acordo com Sayad (1998) discorrer sobre a sociedade como um todo, falar de sua dimensão diacrônica, ou seja, a partir de uma perspectiva histórica e também de sua dimensão sincrônica, ou seja, do ponto de vista das estruturas presentes na sociedade e seu funcionamento, mas, com a condição de não mutilar esse objeto de uma de suas partes integrantes, qual seja: a emigração. Neste sentido, Sayad (1998) coloca a necessidade de não separarmos os estudos dos processos migratórios, como se houvesse uma divisão do trabalho nas ciências sociais, de modo que alguns pesquisadores se encarregassem apenas em estudar a emigração e seus desdobramentos e outros ficassem à cargo do mesmo em relação a imigração.

Assim, na perspectiva desse autor, não basta apenas pensarmos na sociedade de imigração, ou seja, naquela que recebe o imigrante (que só existe quando este atravessa as fronteiras e pisa no território que assim o denomina), mas torna-se igualmente importante, analisar a sociedade de emigração. Isto porque, conforme o autor, há uma relação dialética que une as duas dimensões do mesmo fenômeno – a emigração e a imigração – sendo que “o imigrante, antes de nascer para a imigração, é primeiro um emigrante”, ou seja, um sujeito que deixou a sua terra (SAYAD, 1998, p.18). A imigração, segundo o autor pode ser entendida como um fato social completo, única característica em que há concordância na comunidade científica que se dedica a estudar este tema.

Tão complexa quanto a definição de migração é o entendimento do que vem a ser o imigrante que, segundo Bourdieu (1998, p. 11) “deslocado no sentido incongruente e

importuno, (...) suscita o embaraço e a dificuldade que se exprime em pensá-lo – até na ciência, que muitas vezes adota, sem saber, os pressupostos ou as omissões da visão oficial (...)”. Diante das dificuldades no entendimento do que significa ser imigrante, Bourdieu (1998, p. 11) os define como “pessoas deslocadas”, sujeitos privados de um lugar apropriado no espaço social e marcados pelas classificações sociais. Ainda segundo o autor: “Como Sócrates, o imigrante é *atopos*, sem lugar, deslocado, inclassificável. (...). Nem cidadão, nem estrangeiro. E é esta condição que faz dele um incômodo em todo lugar, uma presença ausente” (BOURDIEU, 1998).

Para Sayad (1998) na imigração está implícito também o princípio simbólico do retorno. Conforme Fazito (2010) emigra-se com a crença de que um dia se retornará para o mesmo “espaço original”, lembrado, frequentemente de forma nostálgica. No entanto, este espaço existe apenas na memória dos indivíduos que o deixaram e o retorno revela diferenças e conflitos incompatíveis com a representação do lugar de que se partiu, já que não só o lugar muda, como mudam também os migrantes, dadas as experiências vivenciadas. Analisar as migrações tendo em vista não só a saída, mas também o retorno significa considerar a circularidade do processo migratório (FAZITO, 2010).

Pequenos agricultores compõem um grupo marcado por movimentos migratórios no Brasil, uma vez que encontraram nos deslocamentos possibilidades de garantir a reprodução social e subsistência da sua família, através do acesso à terra. É neste contexto que se inserem os agricultores brasileiros que se deslocaram de outras regiões do sul do país (em especial do Rio Grande do Sul) e em menor quantidade, de São Paulo, para o extremo oeste do Paraná e deste estado em direção ao Paraguai, em uma corrente migratória desencadeada a partir dos anos 1960 e que, desde os anos 1980, têm retornado ao Brasil. O Oeste do Paraná foi colonizado a partir dos anos 1940, no governo Vargas, sob a justificativa da necessidade de expansão das fronteiras agrícolas. Para tanto, o governo incentivou empresas colonizadoras a adquirirem as terras da região e as comercializarem com pequenos agricultores do Rio Grande do Sul, que passaram a ocupar o Oeste do Paraná (ZAAR, 2001).

Concomitantemente a este processo o país passava pela modernização da agricultura, sendo um dos fatores importantes a oferta de crédito para as atividades agropecuárias, que se restringiu a grandes proprietários (DELGADO, 1985). Diante da impossibilidade de competir com a grande propriedade, em virtude da dificuldade do acesso ao crédito, muitos dos pequenos agricultores, dentre os quais se encontram os do

Oeste do Paraná, se viram obrigados a venderem as suas terras. Assim, em três décadas a fronteira se fechou. A solução encontrada pelos agricultores foi à busca de terras mais baratas no Paraguai. Somaram-se a estes agricultores, os que receberam indenização pelo alagamento de suas propriedades, em virtude da construção Usina hidrelétrica Itaipu Binacional, iniciada em meados da década de 1970, e aqueles que trabalharam na construção da Usina (PRIORI e KLAUCK, 2010).

No Paraguai, desde 1963 o governo militar de Stroessner incentivava a aquisição das terras da parte leste e sudeste do país, sobretudo, na bacia do Rio Paraná, por latifundiários e empresas colonizadoras. Estes comercializaram as terras com agricultores brasileiros (PRIORI e KLAUCK, 2010; FIGUEREDO e MIGUEL, 2006; SPRANDEL, 1997). Entretanto, muitos destes agricultores também acessaram as terras no Paraguai por meio de posse ou arrendamento, oferecido não só por fazendeiros paraguaios, mas também por fazendeiros brasileiros que adquiriram terras das empresas colonizadoras (PRIORI e KLAUCK, 2010).

Diante do fim dos contratos de arrendamentos, da modernização da agricultura e expansão do agronegócio no Paraguai na década de 1980, bem como da valorização das terras ocupadas pelos pequenos agricultores brasileiros, os arrendatários e supostos proprietários, começaram a expulsá-los. Para facilitar o processo, estes fazendeiros passaram a incitar os camponeses paraguaios sem-terra, os carperos, a coagirem agricultores brasileiros. Os carperos passaram a reivindicar a revisão dos títulos das terras adquiridas pelos brasileiros nos últimos 40 anos, a ocupar algumas propriedades e a acusá-los de comprometerem a identidade nacional (PRIORI e KLAUCK, 2010; FERRARI, 2007).

Assim, por um lado, ante a impossibilidade de aquisição das terras no Paraguai e em razão das expulsões sofridas e, por outro, motivados pela esperança de reforma agrária no Brasil, agricultores brasileiros iniciaram um processo de migração de retorno a partir de 1985 (CORTÊZ, 1994). Desta maneira, organizaram um acampamento no município de Novo Mundo, no Mato Grosso do Sul e passaram a se identificar como brasiguaios³. Esta ação desencadeou novos movimentos de retorno para outros municípios próximos à fronteira (PRIORI e KLAUCK, 2010; FERRARI, 2007).

³ Sprandel (1998) explica que o termo brasiguai foi criado por estes agricultores que retornaram em 1985 para se diferenciar dos demais setores que lutavam também por terra no Brasil, e para se distinguir do restante da população de brasileiros no Paraguai.

O presente trabalho, que faz parte de um projeto de pesquisa em andamento, objetiva examinar a trajetória migratória de pequenos agricultores brasileiros em direção ao Paraguai e seu retorno ao Brasil, através do ingresso em acampamentos de agricultores sem-terra. Nesta análise, consideraremos percepções dos próprios migrantes sobre suas trajetórias, em especial, sobre os motivos do retorno ao Brasil. Assim, interessa-nos, sobretudo, analisar, por um lado, os fatores que propiciaram a migração desses indivíduos ou de seus antepassados ao campo no Paraguai e as condições que culminaram no retorno dos conhecidos como brasiguaios ao Brasil. Examinaremos, ainda que de maneira breve, devido as limitações de tamanho do artigo, os significados que estes indivíduos atribuem aos itinerários migratórios e analisaremos as percepções dos agricultores em relação as condições de vida e trabalho, tanto no lugar de partida quanto no de chegada, para entender se este foi um dos fatores que influenciou ou não as migrações.

As informações para subsidiar o trabalho foram colhidas a partir de uma revisão da literatura sobre a temática migrações; levantamento e análise de dados bibliográficos tanto sobre o Brasil quanto sobre o Paraguai e, sobretudo, através de uma pesquisa de campo no Pré-Assentamento Nelson Mandela, localizado no município de Lindoeste, pertencente ao Oeste do Paraná. O acampamento que deu origem ao pré-assentamento foi fundado em 2006. Atualmente, o Pré-Assentamento possui 34 famílias, cuja maioria é originária do sul do Brasil, tendo também vivido no campo paraguaio, antes do retorno ao país. O referido trabalho de campo foi realizado entre maio e junho de 2015 e fundamentou-se nas estratégias de: 1) observação participante que, por sua vez, deu origem a anotações em um caderno de campo, e 2) aplicação de 12 entrevistas semiestruturadas com os agricultores retornados⁴. A escolha do Pré-Assentamento como *locus* de pesquisa deve-se, sobretudo, ao fato de se configurar em uma área cuja maioria

⁴A pesquisa de campo ocorreu no âmbito do projeto “*Entre partir e voltar: uma análise das migrações de saída de agricultores brasileiros para o Paraguai e de retorno dos brasiguaios ao Brasil*”, cujo objetivo principal é o de analisar a trajetória migratória de pequenos agricultores brasileiros em direção ao Paraguai e do retorno de agricultores conhecidos como brasiguaios ao Brasil, a partir do ingresso em acampamentos de agricultores sem-terra, tendo em vista a possibilidade de serem assistidos pela política de reforma agrária ou devido concretização dessa expectativa, com sua instalação em assentamentos da região. O projeto foi apresentado pela autora, na ocasião do concurso público de provas e títulos para a vaga de docente adjunta da área de sociologia, da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA, na qual foi aprovada. Atualmente, o referido projeto encontra-se registrado na Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UNILA e está em andamento. Em sua primeira fase o projeto contou com a participação de duas bolsistas de iniciação científica, chamadas Eliana Munoz e Jissela Pineda, as quais agradeço pelo apoio nas atividades desenvolvidas.

dos agricultores teve uma experiência de vida e trabalho no campo no Paraguai, antes de decidir retornar ao país

A opção pela aplicação de entrevistas por um lado, se deve ao fato de entendermos que esta estratégia pode permitir ao pesquisador a obtenção de informações detalhadas sobre o tema, por intermédio da visão dos próprios entrevistados, expressadas em seus depoimentos (MINAYO, 1993). E, por outro lado, por ser capaz de proporcionar uma cobertura mais profunda sobre o assunto em questão, bem como a interação direta entre pesquisador e entrevistado (BONI e QUARESMA, 2005). Nas entrevistas os retornados foram convidados encontrar e reencontrar palavras para contar as experiências vivenciadas durante seus deslocamentos, de modo a construírem as narrativas sobre o processo migratório (BOURDIEU, 1998).

As entrevistas abordaram questões como as motivações para os deslocamentos, as estratégias para empreendê-los, as condições do local de partida e chegada, bem como as motivações para o retorno ao Brasil. As entrevistas foram gravadas, transcritas e categorizadas. Com a transcrição e análise das entrevistas procuramos, tendo em vista as observações de Bourdieu (2012, p. 10) “fornecer elementos para análise objetiva da posição da pessoa interrogada e à compreensão de suas tomadas de posição”.

O presente artigo conta com mais três partes, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira parte retomamos o debate iniciado na introdução sobre migrações, bem como apresentamos os dois principais conceitos que orientaram a análise do caso estudado, qual sejam, os conceitos de trajetória e *habitus* de Bourdieu. Na segunda parte realizamos um breve apanhado sobre alguns elementos que caracterizam os deslocamentos de agricultores brasileiros para o campo paraguaio e o retorno dos brasiguaios ao Brasil. Na terceira analisamos as trajetórias dos agricultores retornados que foram entrevistados para a pesquisa. Para tanto, apresentamos alguns dos trechos mais relevantes sobre o tema, extraídos dos depoimentos coletados, onde podemos perceber alguns dos fatores que favoreceram os deslocamentos de saída do país, bem como que influenciaram para que estes sujeitos decidissem retornar. Aqui elementos como as condições de vida e trabalho no Paraguai, contrapostos às condições de vida no Brasil, por sua vez, favorecidas por políticas públicas emergem. Por fim, nas considerações finais, reunimos e apresentamos alguns dos elementos comuns as trajetórias dos entrevistados, sobretudo, em relação a decisão de retornar ao país e ingressar na luta pela reforma agrária.

2. Migrações, trajetórias e *habitus*: um breve debate

Das observações traçadas acima emergem diversas questões, dentre estas questões colocamos as seguintes: O que faz as pessoas migrarem e quais os fatores que propiciam estes deslocamentos? Como estes deslocamentos se dão? Quais as relações, sujeitos e estratégias que o permeiam? As respostas surgem, em especial, a partir de duas formas de análise que, por sua vez, podem ser divididas, *grosso modo*, em duas grandes perspectivas, de orientação microssociológica e neoclássica e macrossociológica e neomarxista, ambas com forte viés economicista (PEIXOTO, 2004 *apud* AQUINO, 2008).

A primeira influenciada pelos escritos de Ravenstein, bem como pelas teorias da modernização dos anos 1960, se baseia na ideia da capacidade de racionalidade individual, onde se acredita que: 1) a migração funciona como um fator de equilíbrio para as economias em desenvolvimento; 2) o sujeito antes de migrar consegue calcular os custos e benefícios de se aderir ou não à estratégia da migração, tendo em vista condições objetivas do local de partida e chegada. Assim a migração é considerada uma decisão de caráter individual. A segunda entende as migrações como fenômenos decorrentes de fatores histórico-estruturais, ou seja, como resultados da situação econômica, política e social de um dado momento, portanto, capazes de suprimir os interesses individuais dentro do processo de tomada de decisão (MATOS, 2003; PEIXOTO, 2004 *apud* AQUINO, 2008).

Para Matos (2003) tomando as duas abordagens de maneira isolada, temos de um lado um exagero que considera o indivíduo livre e racional e de outro, a imagem de um indivíduo imobilizado, cujas ações são geradas apenas por meio de uma estrutura que o orienta. Desta forma, Muniz (2002) pondera que embora as duas abordagens aqui mencionadas sejam bastante úteis para pensarmos os movimentos migratórios, os pressupostos adotados por estes modelos nem sempre são totalmente passíveis de aceitação. Isto porque os migrantes não respondem de forma automática aos diferenciais de renda ou emprego, são heterogêneos quanto às suas preferências e motivações, têm prioridades e agem de formas distintas e, nem sempre são capazes de empreender cálculos perfeitos.

Diante disso, é que ganham importância as análises qualitativas a respeito das migrações, onde o intuito é o de tentar suprimir algumas das limitações e preencher lacunas colocadas pelas pesquisas, fundamentalmente, quantitativas, com o ônus, é claro,

de abranger uma menor quantidade de indivíduos e, por conseguinte, não alcançar as generalizações que uma pesquisa quantitativa, com a aplicação de uma grande quantidade de questionários, por exemplo, permite (AQUINO, 2008).

Conforme Bourdieu (1998) ao abordarem o tema da “imigração”, comumente, os analistas omitem questões sobre a causa e motivos que estariam na raiz das partidas e sobre a diversidade de trajetórias e de origem dos migrantes. Assim, se o pesquisador deseja uma abordagem mais aprofundada sobre o tema, torna-se pertinente uma análise qualitativa e específica do fenômeno, que se proponha a observar os fatores que conduzem a estes deslocamentos, suas motivações e consequências, tendo em vista o ponto de vista dos próprios migrantes. As noções de trajetória e de *habitus* desenvolvidas por Pierre Bourdieu, emergem como ferramentas teórico-metodológicas capazes de auxiliar na compreensão deste fato social completo que é a migração, uma vez que, o referido autor, tendo em vista estes conceitos, propõe um olhar para os fenômenos sociais, e dentre eles podemos incluir as migrações, em que seja possível considerar as interações entre os planos subjetivos e objetivos que organizam as ações dos sujeitos.

Assim, na perspectiva de Bourdieu (1998; 2007) trajetória diz respeito às biografias construídas pelos sujeitos no decorrer dos caminhos percorridos durante seus ciclos de vida. Neste sentido, este autor (1998, p. 189-190) explica que podemos entender a ideia de trajetória como:

Uma série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo) num espaço que é ele próprio um devir, estando sujeito a incessantes transformações. (...) Não podemos compreender uma trajetória (...) sem que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou e, logo, o conjunto das relações objetivas que uniram o agente considerado - pelo menos em certo número de estados pertinentes - ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e confrontados com o mesmo espaço dos possíveis.

Bourdieu (1996, p. 34) assinala ainda que:

Toda trajetória social deve ser compreendida como uma maneira singular de percorrer o espaço social, onde se exprimem as disposições do *habitus* e reconstitui a série das posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente ou por um mesmo grupo de agentes em espaços sucessivos.

Sayad (1998, p. 13) acrescenta que a ordem linear segundo a qual se desenvolve o movimento de emigração e de imigração, em sua dupla dimensão de fato coletivo e do itinerário individual, ou seja, a trajetória e experiência singulares do emigrante e imigrante, coloca diferentes temas e possibilidades de estudos. Assim, para o autor: “todo

itinerário do emigrante (emigrante de lá...) e do imigrante (imigrante aqui...) presta-se a um recorte em diferentes etapas que se constituem como (...) objetos privilegiados para reflexão”, que nos permitem vislumbrar as motivações e que culminam nos processos migratórios.

A noção de *habitus* de Bourdieu (2007) torna-se um instrumento conceitual conveniente para analisarmos aspectos relacionados às trajetórias conformadas pelos sujeitos durante os caminhos percorridos, não apenas no espaço físico, mas também no espaço social. Isto porque a noção de *habitus* remete a um “(...) sistema composto por esquemas individuais, socialmente constituído de disposições estruturadas (no social) e estruturantes (nas mentes), adquirido nas e pelas experiências práticas”. Portanto, é produto da posição e da trajetória social dos sujeitos e funciona como uma matriz cultural que os orienta a fazerem suas escolhas cotidianas (SETTON, 2002, p. 63).

Bourdieu (2007) acrescenta ainda que o *habitus* tem a função de vincular às percepções e visões de mundo dos sujeitos às condições e relações objetivas. Com isso, denota a maneira pela qual um processo continuado de sociabilidade propicia a incorporação da sociedade no indivíduo.⁵ Ademais, quando exteriorizado o *habitus* funciona como elemento de distinção, ou seja, é responsável por gerar práticas distintas e distintivas, peculiares a um indivíduo, ou a um grupo de indivíduos. Deste modo, “diferenças nas práticas, nos bens possuídos, nas opiniões expressas tornam-se diferenças simbólicas e constituem uma verdadeira linguagem (BOURDIEU, 2007, p. 22)”. Assim, a noção de *habitus* pode nos auxiliar na compreensão dos os marcadores de diferenças estabelecidos pelos agricultores migrantes em relação aos demais agricultores.

2.1. Migrações de retorno

Para Sayad (1998) os fenômenos migratórios estão condenados a uma situação de dupla contradição, isto porque, em relação aos atores envolvidos nesses processos, não se sabe mais se a condição de imigrante se trata de um estado provisório, que se gosta de prolongar ou de um estado duradouro, que se vive sob um sentimento de provisoriedade. Tudo acontece, na perspectiva do autor, como se para se processar, a imigração tivesse

⁵ Para Bourdieu (2007) a noção de *campo* corresponde ao espaço onde se dão as relações objetivas entre os indivíduos, por isso trata-se de um espaço de disputa e jogo de poder entre grupos com distintos posicionamentos sociais. Há na sociedade diversos campos, dotados de regras próprias. Deste modo, enquanto o *habitus* permite a subjetivação das estruturas, o *campo* é espaço no qual o *habitus* pode ser exteriorizado.

que ignorar a si mesma, por um lado, como algo provisório e, por outro, enquanto um fato consumado e definitivo. Conforme Sayad (1998), os imigrantes são os primeiros interessados nessa situação de provisoriedade, em uma sociedade que lhes é, a princípio hostil. Assim, precisam convencer a si mesmos que essa situação – a de imigrante – é provisória. Os segundos interessados nessa condição provisória são as comunidades de origem, que nutrem a perspectiva do retorno dos seus, idênticos ao que eram. O terceiro interessado é a sociedade de destino que, embora imprima no imigrante a marca da provisoriedade o trata, ao menos quando encontra nisso algum interesse, como se o provisório pudesse se prolongar ou até mesmo ser definitivo (SAYAD, 1998, p. 46). Ainda de acordo com Sayad (1998) na imigração está implícito também o princípio simbólico do retorno, isso porquê:

Só se aceita abandonar o universo familiar (universo social, econômico, político, cultural ou moral, quando não mental et.), ao qual se pertence “naturalmente” ou do qual se é “natural” (...); só se aceita emigrar e, como uma coisa leva à outra, só se aceita viver em terra estrangeira num país estrangeiro (...) com a condição de se convencer de que isso não passa de uma provação, passageira por definição (SAYAD, 1998, p. 57).

O autor explica também que:

A migração de retorno pressupõe (...) uma relação com o tempo, o tempo de ontem e o tempo do futuro, a representação de uma projeção do outro, sendo estritamente dependentes do domínio que se tem do tempo presente, isto é, do tempo cotidiano da migração; uma relação com a terra em todas as suas formas e valores, inicialmente em suas dimensões físicas e geográficas e, em seguida, em suas outras qualificações sociais, o espaço físico sendo, em suma apenas metáfora do espaço social; uma relação com o grupo, aquele que se deixou fisicamente, mas que continua a carregar de uma maneira ou de outra, e aquele no qual se entrou e ao qual é preciso se impor, aprender a conhecer e dominar (SAYAD 2000, p.12).

Na perspectiva de Fazito (2010), os sistemas de migração dependem do retorno, tanto no nível dos discursos, como no nível das práticas. Portanto, segundo o autor, emigra-se com a crença de que um dia se retornará para o mesmo “espaço” original, lembrado, frequentemente de forma nostálgica. No entanto, este espaço existe apenas na memória dos indivíduos que migraram e o retorno, revela diferenças e conflitos incompatíveis com a representação do lugar de que se partiu, já que não só o lugar muda, como mudam também os migrantes, dadas as experiências vivenciadas (FAZITO, 2010).

Nesse sentido, o retorno como retrospectiva não existe. Ao retornar, o indivíduo não mais encontra as pessoas e o espaço tal qual deixou, pois “se por um lado pode-se sempre voltar ao ponto de partida, o espaço se presta bem a esse ir e vir, de outro não se

pode voltar ao tempo de partida (...) (SAYAD, 2000, p.12)”. Isto porque o espaço não é apenas físico, mas um espaço vivido, carregado de sentimentos, o que lhe confere a característica de ser também socialmente construído. Desta maneira, além dos lugares deixados não serem os mesmos, o próprio migrante já não mais o é, haja vista a conformação de um *habitus* específico, produto de uma experiência biográfica, ou seja, oriundo da interiorização das experiências adquiridas ao longo da trajetória construída (AQUINO, 2008). Portanto, analisar as migrações tendo e vista não só a saída, mas também o retorno significa considerar a circularidade do processo migratório (FAZITO, 2010).

3. Migrações e mundo rural: o caso dos deslocamentos de agricultores brasileiros para o campo paraguaio e o retorno dos brasiguaios ao Brasil

A migração é uma estratégia, comumente, utilizada por um amplo número de agricultores para garantir o acesso a terra, a melhoria de suas condições de vida e/ou no limite, a sua sobrevivência. Em diversos momentos históricos e em várias regiões brasileiras, diante desigualdade na distribuição de terras no país, este foi o único recurso posto a estes sujeitos na busca pela manutenção de sua condição de agricultores. Diversos autores das ciências sociais no Brasil se ocuparam em pesquisar esta estratégia, bem como seus significados, especialmente, para aqueles que migram, dentre os quais se encontram Garcia Junior (1989) e Woortmann (1990).

Ao analisar os deslocamentos de trabalhadores rurais nordestinos para a região Sudeste do Brasil, Garcia Junior (1989) observou que a migração consistia em uma estratégia complexa de reprodução da sua condição camponesa, já que tinha o objetivo de financiar a compra de terras no lugar de origem e, assim, garantir um possível retorno ou a possibilidade de seus descendentes melhorarem suas condições de vida, escapando da sujeição imposta por grandes latifundiários locais. Para Woortmann (1990) a migração de pequenos agricultores decorre não apenas da invisibilização de suas condições de existência, mas, é parte integrante de suas próprias práticas de reprodução e sobrevivência. Assim como para Garcia Junior (1989), na ótica desta autora, migrar pode ser condição para a permanência destes sujeitos enquanto agricultores.

Apesar de muitos trabalhos a respeito da mobilidade dos agricultores no Brasil, como os mencionados acima, centrarem-se na migração da região nordeste para o sudeste, este fenômeno também foi vivenciado por agricultores de outras regiões

brasileiras que, da mesma maneira que os nordestinos, encontraram na migração uma possibilidade de garantir a reprodução e subsistência da sua família, a tentativa de enfrentamento da pobreza, bem como a busca melhoria de suas condições de vida, através do acesso à terra. Dentre estes agricultores, encontram-se os gaúchos, denominação dada à população do Rio Grande do Sul, cujos agricultores são conhecidos, nacionalmente, por sua migração para outras regiões do Brasil, em busca de terras. Para Rocha (2011, p. 9) a ação de se deslocar de um lugar para o outro figura como uma tradição na história de vida deste grupo social que, muitas vezes, é justificada devido a um passado histórico, já que a maioria é descendente de imigrantes europeus do sul do país.

Esta autora, ao analisar as migrações de agricultores gaúchos para a região centro-oeste do Brasil, explica que estes, ao migrarem em busca de novas terras, constroem uma identidade e compartilham uma autoimagem de desbravadores e pioneiros. Assim, ao deixarem seu território de origem, carregam consigo representações e referenciais socioculturais que são acionados no território de adoção, como marca distintiva de sua territorialidade o que, rotineiramente, causa conflitos com a população já existente no local de chegada. Em outras palavras, conforme Rocha (2011), estes agricultores, diante do forte vínculo que possuem com o local de partida, reproduzem no local de chegada sua “territorialidade “gaúcha” através de todo um aparato simbólico e a instauração de uma rede regional capaz de articular território de origem/território de adoção (...)” (ROCHA, 2006, p. 6).

Paula Andrade (2008) é autora do livro “Os gaúchos descobrem o Brasil”. Nesta obra analisa os deslocamentos de várias categorias de agricultores do Sul do Brasil para o Sul maranhense, em especial para o município de Balsas, a partir dos anos 1974. Estes agricultores, denominados gaúchos, eram provenientes de Minas Gerais, São Paulo, Santa Catarina, Paraná e, sobretudo, do Rio Grande do Sul. Chegavam à procura de terras, uma vez que o valor das propriedades em Balsas era irrisório, quando comparados com o valor das propriedades no Sul do Brasil.

De acordo com a autora, em Balsas os primeiros agricultores gaúchos a se instalarem receberam a alcunha de “pioneiros”, categoria que envolve os que chegaram primeiro. Os pioneiros, explica Paula Andrade (2008), também são conhecidos como aqueles sujeitos que, por terem conhecimento e experiência, convidam os demais a os acompanharem. Em geral, são apontados como os sulistas que antes de se instalarem na região, passaram por outras regiões, como por exemplo, Mato Grosso, Goiás e Pará e,

por isso, também são adjetivados como “desbravadores”. Estes sujeitos costumam se auto-diferenciar dos demais agricultores da região de chegada, por acreditarem que possuem uma “cultura mais avançada”, onde a memória de sua ascendência europeia é reavivada (PAULA ANDRADE, 2008).

É em contexto similar aos descritos acima, ou seja, de migrações pela busca de novas terras para a prática da agricultura e, por conseguinte, por melhores condições de vida, que se inserem os agricultores conhecidos como brasiguaios, sujeitos que se deslocaram de outras regiões do sul do país (em especial do Rio Grande do Sul) e em menor quantidade, de São Paulo, para o extremo oeste do Paraná e deste estado em direção ao Paraguai, em e uma corrente migratória desencadeada a partir dos anos 1960 e que, desde a segunda metade da década de 1980, têm feito o caminho contrário, retornando para o Brasil.

O extremo oeste do Paraná foi colonizado a partir dos anos 1940, no governo do presidente Getúlio Vargas, sob a justificativa da necessidade de expansão das fronteiras agrícolas. Para tanto, o governo incentivou empresas colonizadoras a adquirirem as terras da região e as comercializarem com pequenos agricultores do Rio Grande do Sul. Atraídos por um lado, pela propaganda de fertilidade do solo, pela semelhança do clima com o do seu estado e, especialmente, pelo baixo preço da terra e, por outro lado, impulsionados pela fragmentação da terra em suas regiões, devido à partilha por herança, além de seu alto valor, a partir dos anos 1940 e de forma mais intensa nas duas décadas seguintes, os gaúchos passaram a ocupar o Oeste do Paraná (ZAAR, 2001).

No mesmo período em que se davam os deslocamentos dos agricultores gaúchos em direção ao Oeste do Paraná, o Brasil passava pelo processo de modernização da agricultura, sendo um dos fatores mais importantes à oferta de crédito para as atividades agropecuárias. Contudo, a referida disponibilização de créditos para atividades agrícolas, pressupôs a exclusão de diversos grupos sociais, na medida em que financiamentos eram concedidos apenas para aqueles que tivessem “garantias de pagamento”. Deste modo, se restringiu a grandes proprietários (DELGADO, 1985). Assim, para Müller (1989) a modernização da agricultura brasileira foi localizada econômica, geográfica e socialmente, na medida em que foi direcionada apenas para a manutenção dos interesses socioeconômicos de certos grupos industriais, agroindustriais, financeiros, agropecuários e florestais presentes no campo. Deste modo, conservou a estrutura de poder até então existente no campo, manteve a concentração da terra, ao mesmo tempo em que excluiu

do processo modernizante todos aqueles que não possuíam condições de adotá-las. Daí este processo ser conhecido também como “modernização conservadora”.

Diante da impossibilidade de competir com a grande propriedade, em virtude da dificuldade do acesso ao crédito, muitos pequenos agricultores, dentre os quais se encontram os do Oeste do Paraná, se viram obrigados a venderem suas terras. Assim, em três décadas, a fronteira se fechou. A solução encontrada pelos agricultores do Oeste paranaense foi à busca de terras mais baratas no país vizinho. Somaram a estes agricultores, aqueles receberam indenização pelo alagamento de suas propriedades, em virtude da construção Usina hidrelétrica Itaipu Binacional, iniciada em meados da década de 1970, bem como os sujeitos que trabalharam na construção da usina (PRIORI e KLAUCK, 2010).

No Paraguai, desde 1963, com a supressão da lei que impedia a venda de terras a estrangeiros, o governo militar de Stroessner (1954-1989) – visando inserir o Paraguai no mercado regional de produtos agropecuários – incentivou a aquisição das terras da parte leste e sudeste do país, sobretudo, na bacia do Rio Paraná, por parte de latifundiários e empresas colonizadoras. Estas, por sua vez, expulsaram muitos camponeses paraguaios de suas terras. Em seguida, através de uma ampla propaganda veiculada pela imprensa e por corretores, as comercializaram com os agricultores brasileiros atraídos pelo baixo preço das propriedades. Segundo Sprandel (1998), as novas colônias – que se concentraram nos departamentos Alto Paraná e Caaguazú – deram origem a cidades como Santa Rita, Naranjal e Santa Tereza. A pequena presença de paraguaios nesta região favoreceu a inexistência de formas contestatórias mais incisivas para a instalação e posterior avanço dos agricultores brasileiros (PRIORI e KLAUCK, 2010; FIGUEREDO e MIGUEL, 2006; SPRANDEL, 1997).

Entretanto, muitos destes agricultores também acessaram as terras no Paraguai por meio de posse ou arrendamento oferecido não só por fazendeiros paraguaios, mas também por grandes fazendeiros brasileiros que, por sua vez, adquiriram terras das empresas colonizadoras. Estes ao invés de utilizarem mão de obra local para desmatar e preparar suas terras para, em um momento posterior, receberem as lavouras ou pastos, contrataram pequenos agricultores brasileiros. Já o objetivo dos arrendatários brasileiros era o de trabalharem a terra de modo a propiciar condições para que, em um futuro próximo fosse possível adquirir uma propriedade no Paraguai (PRIORI e KLAUCK, 2010). Sprandel (2006) assinala que o contato que estes brasileiros desenvolviam com a

população paraguaia dependia da localização dos imóveis rurais. Assim, poderia ser praticamente inexistente, para aqueles que trabalhavam em propriedades isoladas e distantes, ou intenso, com a escolarização de seus filhos em escolas paraguaias. Muitas dos filhos dos imigrantes brasileiros já nasceram no Paraguai, mas, estes ainda registravam seus filhos em cartórios dos estados do Paraná ou do Mato Grosso do Sul.

Conforme Figueredo e Miguel (2006), o processo de implantação dos colonos brasileiros se iniciava com a exploração florestal e com a produção de madeira nobre, que era exportada para o Brasil, o que favoreceu a capitalização dos primeiros imigrantes. Em um segundo momento, os colonos instauravam, gradualmente, uma agricultura moderna baseada na mecanização e utilização de insumos químicos. Os principais cultivos eram o trigo e a soja, cuja experiência fora adquirida no sul do Brasil. Porém, após a derrubada da mata e a realização dos plantios, as terras se valorizavam, situação que impedia muitos dos novos colonos de comprá-las. Ao passo que para as terras que foram ocupadas por meio de posse, surgiam supostos donos (PRIORI e KLAUCK, 2010).

Sprandel (1997) afirma que os brasileiros na condição de arrendatários destinavam de 20% a 30% da produção aos proprietários dos imóveis rurais e tinham que comercializar o restante da produção com empresas determinadas. Se tentassem vender a produção em mercados brasileiros, onde poderiam encontrar melhores preços, estariam desrespeitando legislação do Paraguai referente ao contrabando. Ademais, muitos destes agricultores ao comprarem terras receberam títulos de validade duvidosa. Com isso, eram constantemente pressionados a pagar diversas vezes pela mesma propriedade. Assim, apesar do mito de que os brasiguaios são grandes proprietários rurais, é preciso ressaltar que nem todos são ricos empreendedores da monocultura de soja. Pelo contrário, a maioria consiste em pequenos agricultores. Neste artigo, ainda que de maneira breve, trazemos um pouco do perfil e situação deste segmento.

Diante do fim dos contratos de arrendamentos, da modernização da agricultura e expansão do agronegócio no Paraguai, na década de 1980, bem como da valorização das terras ocupadas pelos pequenos agricultores brasileiros, tanto os arrendatários quanto os supostos donos, começaram a expulsá-los. Para facilitar este processo, estes fazendeiros passaram a incitar os campesinos paraguaios sem-terra, os *carperos*, a se colocarem contra e coagirem os agricultores brasileiros. Estes passaram a reivindicar a revisão dos títulos das propriedades rurais adquiridas pelos brasiguaios nos últimos 40 anos, a ocupar

algumas destas propriedades e a acusá-los de comprometer a identidade nacional, dados seus costumes, gerando diversos conflitos (PRIORI e KLAUCK, 2010; FERRARI, 2007).

Assim, por um lado, 1) ante a impossibilidade de aquisição das terras no Paraguai, em virtude dos problemas de legalização fundiária das pequenas propriedades; 2) devido aos conflitos com os *carperos*; 3) e em razão das expulsões sofridas e, por outro, motivados pela esperança de reforma agrária no Brasil, diante da criação do Plano Nacional de Reforma Agrária no Brasil, estes agricultores iniciaram um processo de migração de retorno a partir de 1985. Para tanto, contaram com o apoio político da Comissão Pastoral da Terra - CPT e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST (CORTÊZ, 1994).

Desta maneira, organizaram um acampamento no município de Novo Mundo, pertencente ao Mato Grosso do Sul e passaram a se identificar como brasiguaios, alcunha que se configurou em uma identidade relacionada a luta por terras, tornando-se conhecida⁶. Esta ação desencadeou novos movimentos de retorno para outros municípios próximos à fronteira, através da intermediação do MST (PRIORI e KLAUCK, 2010; FERRARI, 2007). De acordo com Sprandel (1998) o acampamento em Novo Mundo deu resultado. Com objetivo de atender a demanda colocada pelos brasiguaios em outubro de 1985 o governo desapropriou 18.468 hectares em Ivinhema no estado do Mato Grosso do Sul e criou o Projeto de Assentamento Novo Horizonte, atual município de Novo Horizonte do Sul.

Desde então, tendo em vista o acirramento dos conflitos em determinados períodos, que demandam, inclusive, a construção de soluções conjuntas entre o Brasil e o Paraguai, estes sujeitos tem migrado de volta para o Brasil, como o ocorrido em 2010, quando um grupo de 1500 brasiguaios ingressaram no acampamento Antônio Irmão que se localiza as margens da BR-163, em Itaquiraí, município pertencente ao Mato Grosso do Sul, onde até hoje muitos encontram-se acampados. Em virtude das diversas manifestações realizadas por estes sujeitos, a exemplo do fechamento da BR-163 que liga o Mato Grosso do Sul ao Paraná, atualmente, o Instituto de Colonização e Reforma

⁶ Sprandel (1998) explica que o termo brasiguai foi criado por estes agricultores que retornaram em 1985 para se diferenciar dos demais setores que lutavam também por terra no Brasil, e para se distinguir do restante da população de brasileiros no Paraguai.

Agrária - INCRA tem divulgado ações destinadas a instalar parte destes brasiguaios em assentamentos de reforma agrária que sofrem com a evasão ou uso indevido dos lotes.

Segundo Sprandel (1998, s/p.) os brasileiros que se mantiveram na zona rural do Paraguai e, por conseguinte, na atividade agrícola podem ser divididos em três grupos:

1. Proprietários de terra, comerciantes e madeireiros, com documentos regulamentados e estratégias de integração plena para participar da vida política local. Estão localizados em toda fronteira leste paraguaia, com maior concentração territorial nas colônias Santa Rita e Naranjal, no Departamento Alto Paraná. Seriam em sua maioria provenientes dos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, descendentes de imigrantes alemães e italianos, e ligados ao tradicionalismo gaúcho.
2. Pequenos proprietários de terras com algumas atividades acessórias (arrendamentos, assalariamento rural, motoristas de caminhões e máquinas agrícolas), espalhados por toda faixa de fronteira. Grande parte está no Paraguai há 20 anos ou mais. Vivem do trabalho familiar, e produzem lavouras comerciais. Entre seus filhos e netos encontramos um sentimento maior de pertencimento ao Paraguai. Atualmente, estão sendo vitimados pelo processo de encarecimento de terras e de concentração fundiária que acontece na região. Deste grupo, que foi o que comprou terras nos projetos de colonização privada da década de 70, e cujos filhos estão tendo dificuldades de reproduzir sua condição camponesa através do acesso a terras novas, saíram muitas das famílias que em 1985 retornaram organizadamente ao Brasil.
3. Empregados de lavouras, de madeiras e carvoarias pertencentes à brasileiros.
4. Ex-arrendatários que, após desmatar as grandes fazendas do Alto Paraná onde plantavam hortelã e outras lavouras comerciais, foram deslocados para outras regiões do Paraguai, provavelmente Canindeyú. Não se descarta que muitos deles tenham permanecido na região como "trabalhadores braçais". São os "pretos e pobres" assinalados no documento dos parlamentares brasileiros.

A autora assinala ainda que muitos dos pequenos agricultores que permaneceram no Paraguai continuaram a enfrentar os problemas de regularização da documentação das terras. Assim, a denominação brasiguai é utilizada também por estes sujeitos de modo a denunciar as dificuldades sofridas em relação a legalização de suas terras, e diante do conflito com os campesinos paraguaios. Portanto, conforme Sprandel (1998) uma mesma denominação representa realidades políticas e sociais bastante diferenciadas. Desta maneira, brasiguai pode corresponder somente àqueles brasileiros que se encontram na condição de sujeição no campo no território paraguaio ou pode abranger igualmente os pequenos proprietários de terra. No limite, pode ser utilizado para nomear qualquer brasileiro que vive e trabalha no Paraguai, englobando também os grandes proprietários de terra, comerciantes, colonizadores e empresários. Daí, muitas vezes os brasiguaio serem interpretados apenas como os grandes latifundiários brasileiros produtores, em sua maioria de soja, que encontram-se no Paraguai (SPRANDEL, 1998).

4. O retorno dos Brasiguaios e suas percepções sobre os processos migratórios

4.1. A chegada ao Paraguai

Com a realização da presente pesquisa, foi possível perceber que a trajetória dos pequenos agricultores retornados, situados no Pré-Assentamento Nelson Mandela é parecida: migraram do Sul do Brasil para o Paraguai em busca de terras – em geral, em uma situação de fragmentação das propriedades de suas famílias por herança no país de origem. Este é o caso de G.E, agricultora de 56 anos, nascida, em Soledade, município pertencente ao Rio Grande do Sul, mas “*que se criou*” no Paraná, no município de Realeza, devido ao deslocamento de sua família nos anos 1970, do Rio Grande do Sul para o referido estado. Em Realeza, sua família trabalhou sempre como “agregada” em propriedades de terceiros, a partir de contratos de arrendamento. Conforme a entrevistada:

Olha eu mesmo sou nascida em Soledade de Rio Grande do Sul, de ai eu me crie aqui no Paraná, aqui no município de Realeza. (...) nasci lá depois com três ou quatro anos eu vim pro Paraná me criei no Paraná né. [Os pais] vieram sempre em busca de melhora né, mas toda a vida como pobre nunca alcançaram nem sequer um pedacinho de terra, não conseguiram. Daí me criei, daí casei e fomos pro Paraguai, com a esperança de conseguir um pedaço de terra. (...) [Em Realeza] trabalhava na lavoura, plantava bastante fumo de corda, fumo de garpão, mas sempre assim de agregado, sempre entregando renda (G.E, jun. 2015).

A agricultora assinala que sua família migrou para o Paraguai, em uma região denominada Piqueri, pertencente ao Departamento do Alto Paraná, no final da década de 1970, sendo este deslocamento motivado porque lá já possuíam parentes: “nós fomos acho que em 79 ou 78 pro Paraguai” e “já tinha um irmão que estava lá, tinha um irmão meu lá, tinha um cunhado lá e nós fomos também” (G.E, jun. 2015). G.E tem 5 filhos, quatro deles vivem no Paraguai: “Eu tenho cinco filhos (...) ficou quatro no Paraguai ne, eu tenho um aqui [no Pré-assentamento]” (G.E, jun. 2015).

A senhora M.S, uma agricultora de 70 anos, se encontra no grupo de agricultores, conforme mencionamos na seção anterior, que migrou para o Paraguai, ainda na década de 1970. A agricultora, nasceu em Santo Antônio do Sudoeste, viveu em Laranjeiras do Sul e depois em Realeza, todos municípios do Paraná. É viúva e possui 12 filhos. Seis nasceram no Brasil, seis no Paraguai, quatro deles, ainda vivem no último país. Em Realeza chegou a adquirir terras, mas, sua família vendeu a propriedade para migrarem para o Paraguai. Ao ser indagada em como decidiu migrar para o campo paraguaio, em 1977, a agricultora explica:

Isso foi loucura de meus cunhados, eu não queria ir, não queria ir, mas eles falaram “vamos lá”!. Daí os irmãos dele [do marido] foram na frente e falaram “vamos lá” [no Paraguai] porque lá é bom, então fomos. (...) Nós vendemos [a propriedade que possuíam no Brasil] e fomos ao Paraguai. (...) A gente viveu 27 anos lá é faz 12 anos que estamos aqui (M.S, ago. 2015).

No Paraguai a família da agricultora M.S chegou a adquirir um pedaço de terra em uma localidade chamada Sete Baixas, mas, a propriedade foi afetada pela construção da Usina Hidrelétrica Itaipu Binacional: “Daí fomos para lá [para o Paraguai] e gostamos. Compramos terra e tudo, mas perdemos tudo lá, porque a Itaipu entrou. Meus cunhados que receberam a indenização, porque era tudo no nome deles” (M.S, ago. 2015). Com a inundação a agricultora e sua família se deslocaram para outra região agrícola no Paraguai, denominada Vinte e Quatro, atualmente, pertencente a cidade de Santa Fé Del Paraguai, que integra o departamento do Alto Paraná. Entretanto, lá, não conseguiram mais adquirir terras. Em suas palavras: “(...) mas não conseguimos mais comprar terra, só arrendar um pedaço ali outro pedaço aqui. E assim é a vida meu filho que mora lá em San Javier” (M.S, ago. 2015).

O agricultor M.N, de 38 anos, diferentemente das agricultoras G.E e M.S, que migraram para o Paraguai já adultas, deixou o município de Porto Xavier, localizado no Rio Grande do Sul, em direção ao referido país ainda criança, com 11 anos de idade, juntamente com sua família. Na verdade, primeiro seu tio se instalou no campo paraguaio e, em seguida, motivados pelo deslocamento de seu irmão, os pais de M.S. resolveram fazer o mesmo:

Fui aos 11 anos, tinha 11 anos quando foi para o Paraguai (...). Foi através de meu tio, que descobriu primeiro né. Daí, nós fomos atrás dele. Ele foi e depois falou que era muito bom lá, que a terra era baratinha para comprar. Daí, resolvemos ir também, meu pai resolveu. Meu irmão tinha dois anos, fui eu, meu irmão, minha mãe e meu pai (M.N, mai. 2015).

O pai e o tio de M.N já faleceram, mas, parte de seus primos ainda vive no campo paraguaio, outros retornaram para o Brasil e foram trabalhar como agricultores no Rio Grande do Sul. “Inclusive meu tio já faleceu. Dos meus primos, os filhos do meu tio, quatro estão por lá no Paraguai, um por Santa Rita também, o resto está pelo Rio Grande, voltaram pra lá, trabalham lá (M.N, mai., 2015).

A agricultora E.S, tem 37 anos de idade e dois filhos, ambos já nascidos no Brasil. Além de trabalhar na agricultura, juntamente com seu marido, E.S. é funcionária de uma indústria de processamento de carnes, situada na região. A agricultora E.S. nasceu no município de Campo Erê, em Santa Catarina, mas, pouco conheceu a região,

isto porque, assim como o agricultor M.N., migrou juntamente com sua família para o campo paraguaio, ainda criança, aos seis anos de idade, conforme nos explica:

Eu fui para o Paraguai quando tinha uns seis anos. Diziam que lá era melhor né! Daí, meu pai achou que ia ser bom, daí foi para trabalhar lá com menta. (...)Acho que ele foi porque tinha uns conhecidos dele que foi primeiro que depois voltou aí acabamos indo junto (E.S, mai. 2015).

Assim como a agricultora cujo relato apresentamos acima, o agricultor A.O, também deixou o Brasil em direção ao Paraguai ainda criança, retornando ao país na adolescência. Nas palavras do entrevistado: *“eu fui com oito meses e me crie lá no Paraguai, a minha vida inteira foi no Paraguai. Com 17 anos voltei”* (A.O, agos. 2015). Sua família morava em Lindoeste, município pertencente ao estado de Paraná. A migração de sua família para a cidade de São Alberto, no Paraguai foi motivada, por um lado, por seu avô materno, que já vivia no Paraguai e, por outro lado, também pelo seu padrasto, que já tinha parentes vivendo lá. Dois de seus irmãos nasceram no Paraguai.

Quando fomos éramos no momento dois, eu e meu irmão mais velho, os outros nasceram lá no Paraguai. Meu avô já morava lá. (...) Aí tinha também meu padrasto né, que vivia com a mãe, e tinha a terra dos parentes dele lá, então fomos morar nas terras do parente dele (A.O, agos. 2015).

Partes da trajetória dos agricultores, apresentadas acima, nos permite perceber que quem migra não o faz sozinho. Comumente, quando o indivíduo decide deixar o seu lugar de origem, conta com o apoio e incentivo de uma rede já organizada, seja de amigos ou parentes, como nos casos relatados acima. Neste sentido, Fazito (2010, p. 93) assevera que *“as famílias (...) desempenham um papel (...) com relação à sustentação das redes de apoio social dos migrantes e também no processo de intermediação (travessia) entre origem e destino”*.

Em nosso trabalho de campo, com as entrevistas realizadas, percebemos que há duas situações relacionadas aos deslocamentos de agricultores brasileiros em direção Paraguai, que retornaram ao Brasil e residem atualmente no Pré-assentamento Nelson Mandela: a primeira refere-se aos agricultores que se deslocaram já na idade adulta, à procura de melhores condições de vida que, por sua vez, passava pelo desejo de aquisição de um pedaço de terra. A segunda, diz respeito àqueles que migraram para o Paraguai ainda criança, acompanhando seus pais, como nos exemplos de M.E, E.S e A.O, relatados acima. Neste sentido, como em nossas entrevistas, as trajetórias são parecidas e se alternam nestes dois perfis, devido a limitação de espaço e tempo, julgamos não ser necessário trazermos mais exemplos a este respeito.

4.2. O trabalho no campo paraguaio

Após se deslocarem para o campo paraguaio, em geral, os agricultores brasileiros entrevistados, arrendavam terras de fazendeiros também brasileiros. Neste processo é interessante destacar uma das estratégias utilizadas pelos grandes fazendeiros em sua maioria, produtores de soja brasileiros, para a não fixação destes agricultores nas propriedades onde trabalhavam, tanto para a implantação da fazenda, quanto em pequenos lotes arrendados, onde instalavam suas moradias. Estes fazendeiros contratavam pequenos agricultores brasileiros para trabalharem em uma propriedade. Estes agricultores se estabeleciam com suas famílias na propriedade e, comumente, arrendavam um pedaço de terra na mesma. Quando findava-se o trabalho de derrubada da mata e introdução dos cultivos, o que durava de dois a três anos, esses agricultores eram deslocados para outra propriedade do mesmo fazendeiro ou então eram demitidos. Assim, procuravam emprego em outra fazenda. O agricultor M.N. nos explica como funcionava esse sistema:

Daí nos fomos para lá [Santa Rita] e arrendamos um pedaço de terra, que o cara deu para nós trabalhar 3 anos, assim de arrendo. Depois saímos desse lugar e fomos pra outro lugar, nas mesmas condições, assim pagando arrendo (...) (M.N, mai, 2015).

M. N.: (...)Derrubamos o mato e plantamos. Tinha que derrubar, cortar, queimar os paus.

Entrevistadora: E essa madeira? O que vocês faziam com ela?

M.N.: Queimava.

Entrevistadora: Não era madeira para casa?

M.N.: Era, mas nessa época madeira era o que mais tinha, cortava aos montes e queimava (M.N, mai, 2015).

O agricultor A.O, traz um relato semelhante ao de M.N: “trabalhávamos desmatando. Era tudo mato né, fomos desmatando. Quando penso que já estava tudo destocado(...). Ficou a terra mesmo, depois de desmatado, fomos cultivando a plantação” (A.O, agos. 2015). Já a agricultora G.E, além de destacar o trabalho na derrubada da mata, fala da introdução da hortelã, atividade que, em muitas propriedades precedia o estabelecimento das lavouras de soja: “era bastante mato, a gente derrubava o mato e queimava a roça nova né, era mesmo tudo pra hortelã (G.E, jun. 2015). O agricultor M.N. observa que quando a terra já estava preparada, a mata derrubada, de modo que o trabalho se tornava mais fácil e rentável, em geral, o proprietário findava o contrato de arrendamento. Assim, os agricultores se deslocavam para outras propriedades, arrendavam novas terras e começavam todo processo novamente, ainda que fosse em outras propriedades do mesmo fazendeiro.

A maioria [das terras] era mato né. A gente plantava por três anos, outros até 5 anos, daí o patrão chegava e mandava desocupar tudo. Aí, quando a terra estava mas preparada, você tem que entregar, e ali procurar outra terra, é assim que funciona (M.N., mai, 2015).

Após trabalhar por um longo período como arrendatário, M.N, resolveu ser *peão* de fazenda, porque não desejava mais se deslocar de propriedade em propriedade a partir de contratos de arrendamentos: “Entrevistadora: porque o senhor decidiu trabalhar como peão? M.N.: porque já não dava mais, porque já não tinha como conviver no arrendamento. Arrendar uma terra já não compensava mais” (M.N., mai, 2015).

4.3. A impossibilidade de aquisição e regularização das propriedades

No Paraguai, apenas uma pequena parte dos entrevistados conseguiu adquirir um pedaço de terra. A maioria comprou que chama de “direito” de explorar a propriedade, mas nunca conseguiu reunir a documentação necessária para regularizá-la. Neste sentido, os agricultores entrevistados destacam a insegurança jurídica em relação as mesmas, insegurança essa justificada pela dificuldade de documentação. Vejamos o relato do agricultor M.N.

Na verdade propriedade que eu tinha comprado uma vez um hectare, mas era um direito, que depois vendi. Era tipo um direito né. (...) Funcionava assim, até hoje lá funciona assim no Paraguai: você vai e pega a terra, compra um direito, (...) depois pega e vende o direito, lá não tem documentação (M.N. mai. 2015).

Assim como M.N, G.E, juntamente com sua família, também trabalhou no campo paraguaio na condição de arrendatária e, com suas economias adquiriu “um direito de terra” no referido país:

Ah! Foi bem sofrido, meu Deus do céu! Aí chegamos lá e encostamos lá com meu cunhado e meu irmão. Daí já arrendemos um pedaço de terra, e já fomos morar separado. Fomos lutando, lutando, compremos um pedacinho de terra. Lá eles falavam que era direto de terras, sem documento não é? E aí fomos indo. Nós nunca tivemos terra documentada. É muito difícil documentar a terra no Paraguai. A gente é migrante, daí já é mas difícil. Precisava a pessoa ter bastante dinheiro né, pra comprar a terra já legal, pra gente pobre já era difícil. (...) A primeira terra que nós compramos lá era um direito de quatro alqueires, depois nós trocou aquele direito por vinte alqueires (G.E, jun., 2015).

Com as entrevistas percebemos também que o retorno dos pequenos agricultores brasileiros do Paraguai para o Pré-assentamento Nelson Mandela, no Brasil foi influenciado por um lado, pela impossibilidade de aquisição de terras no Paraguai e, por outro, pela busca de serviços e políticas públicas disponibilizados no Brasil, mas, que não existem no Paraguai ou não abrangem os brasileiros, como acesso à saúde pública,

transporte escolar e, sobretudo, a aposentadoria como trabalhador rural. Outro motivo destacado pelos agricultores repousa na dificuldade de obtenção da documentação necessária para a permanência no país, motivo agravado pelo crescimento da fiscalização por parte do Paraguai.

4.4. As principais dificuldades no campo Paraguaio e as motivações para o retorno ao Brasil

Das dificuldades enfrentadas pelos agricultores brasileiros no Paraguai, o acesso a saúde que, em geral é pago, é a questão mais citada. Dona N.W, agricultora de 53 anos, gaúcha, casada, oriunda do município de São Paulo das Missões, no Rio Grande do Sul, e mãe de duas filhas, destaca que a principal motivação para o retorno de sua família ao Brasil foram as complicações de saúde da sua filha mais velha:

Aí nos ganhamos um dinheirinho e compramos uma terra em Santa Rita. Estávamos fazendo nossa casa e daí a menina ficou doente. A doença levou esses dois lotes. Nós não tínhamos mais dinheiro pra pagar, nós tínhamos que vender os lotes, vendemos os lotes pra sustentar ela. Foi indo e fomos vender os móveis, vender a geladeira, a televisão... Aí, quando olhei, parei assim e disse ao meu velho: *“nós vamos ter dinheiro só pra um mês mais e daí, o que vamos fazer?”* Chegou no meio da semana de Natal e ano novo, ele [o marido] passou o Natal e foi para os barracos [acampamento do MST], veio pro Brasil (N.W, mai, 2015).

No Brasil sua filha conseguiu ser atendida pelo Sistema Único de Saúde, ao passo que no Paraguai o atendimento à saúde era pago:

Aí foi em 1999, ele [o marido] veio sozinho. Ele fez o barraco, daí, em um dia eu não sei se foi no fim de janeiro, ele veio buscar a menina. É que ele conseguiu uma consulta pelo SUS. Ele conseguiu fazer a consulta com ela do dia 10, 11, ao dia 15 de fevereiro. (...) Pra falar a verdade eles [médicos no Paraguai] atenderam minha filha bem. Lá se tu pagou te atendem. Só que tu não tem condições de pagar, porque a saúde lá era cara. Você fazia uma consulta de 70 reais, era como se fosse 100 mil guaranis eu acho. Era muito dinheiro naquela época! Era um monte de dinheiro. Com vinte mil guaranis nos fazíamos um racho pro mês! Era muito dinheiro, era muito caro, tu não tinhas. Aí com a menina que era que acabou o dinheiro (N.W, mai, 2015).

O desejo de se aposentar como agricultor também é um importante fator que influencia na opção pelo retorno ao Brasil, já que no Paraguai esta condição é impossível:

O agricultor pode se preparar aqui para aposentar. Tem que se preparar com os blocos, as notas. No Paraguai não tem isso, pode ser que venha mas tarde, mais cedo. Quando nos viemos do Paraguai pra cá quisemos logo ter bloco, nós não tínhamos terra, mas arrendamos um lote e plantamos coisa nossa, garantia nossa (N.W, mai, 2015).

Assim, como N.W, a agricultora M.S, explica que a possibilidade de se aposentar como agricultora no Brasil, juntamente com as dificuldades em obter a documentação necessária para se legalizar no Paraguai e pelas possibilidades de acesso a determinadas políticas públicas, contribuíram para seu retorno:

[Viver no Paraguai] foi ruim implicava em muitos documentos (...). A documentação era difícil, a de imigrante era cara não tinha condições. Lá [no Paraguai] não tem como se aposentar, então por isso saí. Aqui se consegue aposentar como boia-fria(...). Foi bom voltar pela saúde, porque me aposentei, ficou melhor para mim também, pelos filhos pela Bolsa Família que eu ganhei pelos piás e agora os netos também estão ganhando(M.S, ago. 2015).

Dona L.S, uma agricultora de aposentada de 78 anos destaca as dificuldades relacionadas à obtenção da documentação de migrante, sobretudo, devido ao preço: “Entrevistadora: E no Paraguai a senhora nunca quis tirar um documento paraguaio? L.S: Não sobrava dinheiro, porque é caro para migrante o documento”.

Assim como ocorre nas migrações de saída do Brasil em direção ao Paraguai, as migrações de retorno em direção ao acampamento de agricultores sem-terra é apoiada por uma rede de parentes e amigos. O Agricultor M.S, explica como foi o retorno de sua família, no ano de 2007, para um acampamento de reforma agrária que, depois se transformou no Pré-assentamento Nelson Mandela e destaca que sua cunhada já vivia na área.

Voltamos em 2007. Na verdade, a dificuldade no acampamento era que eu não conhecia um acampamento. Tinha visto na televisão, quando falavam, mas no acampamento não tinha vindo. Minha cunhada que chegou primeiro. Cheguei e fiz um barraquinho, não sabia nem fazer um barraco.

A agricultora E.S, explica as razões que culminaram na decisão de voltar para o Brasil e ingressar no acampamento também em 2007, dentre as quais encontra-se a impossibilidade de adquirir terras no Paraguai e as dificuldades de transporte escolar no referido país, além do acesso à saúde gratuito oferecido pelo Brasil:

Voltamos porque sempre trabalhando de peão, sabe? O dinheiro que pegava ficava todo no mercado. Aí a gente viu que nunca ia conseguir comprar um lote ou uma casa. Do jeito que nos estava, o dinheiro que pegava nunca sobrava nó, e aí achamos que aqui [no pré-assentamento] ia ser melhor para nós, para as crianças estudar. No Paraguai nós morávamos um pouquinho longe, e eu não sei andar de moto, nem dirigir carro, não aprendi e meu marido trabalhava, então como ia fazer para levar as crianças na escola? Aqui [no pré-assentamento] eu achei melhor, porque as crianças estudam, o ônibus escolar vem buscar aqui. A saúde, a gente vai ali no posto e não precisa pagar nada (E.S, mai, 2015).

Assim, como os agricultores acima, a agricultora G.E, em seu depoimento destaca que o desejo de retornar ao Brasil foi impulsionado pelas dificuldades de acesso à saúde:

Voltamos por causa de saúde né, viemos acampar na esperança de ter um pedacinho de terra. (...) Assim né, pra facilitar, porque no Paraguai tem tratamento de saúde, até dão, mas precisa ter dinheiro né. Os exames que a gente faz aqui, por mais que pouco, ainda a gente faz né, as vezes paga a metade as vezes ganha (G.E., mai., 2015).

Já o agricultor A.O, relata que decidiu voltar à procura de melhores condições de vida. Estas condições passam pelo desejo de adquirir um pedaço de terra, daí o ingresso no acampamento: “voltamos pela necessidade! Não achava trabalho, daí sem trabalho começa teu filho a querer leite, querer comer e eu já não tinha para tratar né, daí falei: vamos procurar outro lugar para morar, e vim para cá e aqui as coisas mudou” (A.O, ago. 2015). A Agricultora V.S, apresenta um relato semelhante:

(...) Aqui tudo está pertinho, está doente ou hospital esta ali, tem água, tem luz, alimento não falta. Se a gente não está trabalhando vai conversar com assistência social e eles fornece uma cesta de alimentos. Se a gente não tem que comer, vai conversar com o líder do acampamento e eles fornecem uma cesta básica (V.S., mai., 2015).

Quando relatam as dificuldades em relação ao retorno, os principais elementos que emergem nos depoimentos dos pequenos agricultores são o longo período de espera que atravessam para que recebam um lote de terra, as decisões judiciais de desfazerem os acampamentos e as sucessivas mudanças de áreas, bem como a impossibilidade de construir uma casa no Pré-Assentamento, já que ainda não se tem a garantia de que a área ocupada será regularizada. Estas preocupações podem ser vistas no relato da senhora M.A (mai., 2015): “Aqui não posso construir uma casa, porque ninguém sabe onde vai ser, onde vai ficar, assim nós vamos navegando, tocando o barco”. O agricultor A.S, destaca no depoimento abaixo as sucessivas mudanças de áreas decorrentes das disputas judiciais pelas terras:

Chegamos em Três Barras aqui no Paraná, que fica 150 quilômetros antes daqui. Lá falaram assim: “você já vão ser assentados”. Quando chegamos lá na virada da BR, tinha só um lugar para fazer um barraco. Levantamos um barraco e ficamos um tempo ali. Depois, em 15 dias fomos despejados. Depois mudamos. Fomos depois acima da BR, daí o fazendeiro deu 53 alqueires para nós e falou “é para vocês plantar”. Plantamos os alqueires, e ficamos dez anos plantando e vivendo, colhendo e sobrevivendo dos (...) 52 alqueires, mas para 40 famílias. Mas, o cara ofereceu um dinheirinho para nosso dirigente e ele pegou o dinheiro e entregou a área para fazendeiro. Daí nos fomos despejado. Só que a gente entrou de novo ali e todo mundo fez casa de novo, daí veio a polícia e despejou de novo. O despejo foi sofrido, eles [a polícia] chegaram de manhã cedo, chegou, mais ou menos três policias para cada casa sem-terra (...) e falou: “você têm que desocupar” e trouxeram a

ordem judicial, daí vem as maquinas e derrubam os barracos, as máquinas do fazendeiro né (A.S, mai., 2015).

Diante destes relatos é possível perceber que as condições de vida no Paraguai, avaliadas como precárias, agravadas pela impossibilidade de aquisição de terras ou da legalização das mesmas, figura como um dos principais fatores responsáveis por motivar o retorno destas pessoas ao Brasil, retorno este para o campo. Retornar, neste caso, significa ter a possibilidade de acesso a uma série de políticas públicas como transporte escolar, aposentadoria como trabalhador rural, acesso gratuito à saúde, programas de transferência de renda, como o Bolsa Família e, sobretudo, de aquisição de um pedaço de terra, de modo que seja possível garantir a condição e identidade de agricultor.

Estes sujeitos, assim como os pequenos agricultores que migram também dentro do próprio país, como assinalado por Garcia Junior (1989) e Woortmann (1990), entendem os deslocamentos como uma estratégia de reprodução social de suas famílias no campo. O retorno muitas vezes é impulsionado, como bem demonstrou Sayad (1998), por uma imagem nostálgica do país que se deixou, no caso dos agricultores estudados, essa imagem é fraturada quando se deparam com as dificuldades que a lona preta os colocam. Entretanto, mesmo com todos os percalços vivenciados em um acampamento, entendem que voltar foi a melhor estratégia, frente a situação vivenciada no Paraguai.

5. Considerações finais

Com a realização da presente pesquisa, foi possível perceber que a trajetória dos pequenos agricultores retornados situados no acampamento Nelson Mandela é parecida: 1) Migraram do Sul do Brasil para o Paraguai em busca de terras, e em uma situação de fragmentação das propriedades por herança no Brasil, 2) trabalharam para fazendeiros brasileiros na instalação das propriedades, derrubando a mata nativa, plantando soja, etc., 3) alguns adquiriram o que chamam de “direito” de determina propriedade de terra, mas, diante da falta de documentação não conseguiram regularizar a propriedade adquirida. No que diz respeito a propriedade de terras no Paraguai, os agricultores entrevistados destacam a insegurança jurídica em relação as mesmas, insegurança essa justificada pela dificuldade de documentação.

Neste processo, é interessante destacar uma das estratégias utilizadas pelos grandes fazendeiros em sua maioria, produtores de soja brasileiros, para a não fixação destes agricultores nas propriedades onde trabalhavam, tanto para a implantação da

fazenda, quanto em pequenos lotes arrendados. Estes fazendeiros contratavam pequenos agricultores brasileiros para trabalharem em uma propriedade. Estes agricultores se estabeleciam com suas famílias na propriedade e, comumente, arrendavam um pedaço de terra na mesma. Quando findava-se o trabalho de derrubada da mata e introdução dos cultivos, o que durava de dois a três anos, esses agricultores eram deslocados para outra propriedade do mesmo fazendeiro ou então eram demitidos. Assim, procuravam emprego em outra fazenda.

Com as entrevistas percebemos também que o retorno dos pequenos agricultores brasileiros do Paraguai para o acampamento no Brasil é influenciado por um lado, pela impossibilidade de aquisição de terras no Paraguai e, por outro, pela busca de serviços e políticas públicas disponibilizados no Brasil, mas, que não existem no Paraguai ou não abrangem os brasileiros, como acesso à saúde pública, transporte escolar e, sobretudo, a aposentadoria como trabalhador rural. Outro motivo destacado pelos agricultores repousa na dificuldade de obtenção da documentação necessária para a permanência no país, motivo agravado pelo crescimento da fiscalização por parte do Paraguai.

6. Referências Bibliográficas

AQUINO, Silvia lima de. *A Caminho do Campo: As Relações entre Reforma Agrária e Migrações rural-urbano-rural e urbano-rural. Um Estudo de Caso em Campos dos Goytacazes – RJ. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.*

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. **Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais.** Rev. Elet. dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC Vol. 2 nº. 1. jan./jul. p. 68-80. 2005.

BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas: Sobre a teoria da ação.** Campinas: Papirus, 2007.

_____. A ilusão biográfica. *In: M. FERREIRA e J. AMADO (eds.), Usos e abusos da história oral.* Rio de Janeiro, FGV. 1998.

_____. Um analista do inconsciente. *In: A Migração ou os paradoxos da alteridade.* São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

_____. **A miséria do mundo.** 9 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

CORTÊZ, Cácia. **Brasiguaios: os refugiados desconhecidos.** s. l.. Brasil Agora, 1994.

CUNHA, José Marcos Pinto. **Migração e Urbanização no Brasil: alguns desafios metodológicos para a análise**. São Paulo em Perspectiva, São Paulo. 2005.

DELGADO, Guilherme da Costa. Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio. Mudanças cíclicas em meio século (1965-2012). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

FAZITO, Dimitri. Análise de redes sociais dos sistemas de migração: dois aspectos fundamentais do retorno . In: **Rev. Brasileira de Ciências Sociais** v. 25, p. 89-176, 2010.

_____. Dois aspectos fundamentais do retorno: símbolos e topologias dos processos de migração e sua circularidade. In: IV Encontro Nacional sobre Migrações, GT de Migração, 2005, Rio de Janeiro. Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2005.

Anais... Disponível em: www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/4EncNacSobreMigracao/ST4-1.pdf - Acesso em ago. 2012.

FERRARI, Carlos Alberto. Brasiguaios na fronteira: luta pela terra, violência e precarização do trabalho no campo e na cidade. In: **Rev. Pegada**, Vol. 8, No 2 2007. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/1646/1574>. Acesso: jun. 2014.

GARCIA JÚNIOR, Afrânio Raul. O Sul: **Caminho do Roçado**: estratégias de reprodução camponesa e transformação social. São Paulo: Marco Zero. Editora UNB, 1989.

MATOS, Cristina. **Migrações: decisões individuais e estruturas sociais**. Centro de Investigação em Sociologia Econômica e das Organizações, Instituto Superior de Economia e Gestão Universidade Técnica de Lisboa, 1993;

MENEZES, Marilda Aparecida. **Redes e enredos nas trilhas dos migrantes**. Um estudo de famílias de camponeses migrantes. Rio de Janeiro: Relume Dumará. João Pessoa: UFPB, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. 6ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

MÜLLER, Geraldo. **Complexo Agroindustrial e Modernização Agrária**. Série Estudos Rurais nº 10. São Paulo: HUCITEC/EDUC, 1989.

MUNIZ, Jerônimo Oliveira. **Um ensaio sobre as causas e características da migração**. Mimeo. 2002.

PAULA ANDRADE, Maristela de. **Os gaúchos descobrem o Brasil – projetos agropecuários contra a agricultura camponesa**. São Luís, EDUFMA, 2008.

PRIORI, Angelo A.; KLAUCK, Roberto Carlos. O retorno dos brasiguaios. In: **Rev. Espaço Acadêmico** (UEM), v. 10, p. 95-102, 2010. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/10260>. Acesso: nov. 2013.

ROCHA, Betty Nogueira. Quem anda pra trás é caranguejo - O migrante gaúcho e a sua condição provisório-permanente. In: VII Congresso Latino Americano de Sociologia Rural, 2006, Quito-Ecuador. **Anais...** Disponível em: <http://www.alasru.org/>. Acesso: jun. 2014.

SAYAD, Abdelmalek. **A Migração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

SPRANDEL, Marcia Anita. A terra é estrangeira, mas a da minha roça é igual. In: XXII ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. Caxambu, 1998. **Anais...** Disponível em: www.biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/anpocs/spran.rtf. Acesso: jun. 2014.

WOORTMANN, K. **Migração, família e campesinato**. Revista Brasileira de Estudos de População, jan-jun. 1990

ZAAR, Miriam. A migração rural no Oeste do Paranaense /Brasil: a trajetória dos “brasiguaios”. In: **Rev. Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Universidad de Barcelona, n.94 (88), 2001.